



## PERIFERIA E TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: o caso do Programa “Morar Feliz”, Campos dos Goytacazes, RJ

Ralfe de Souza Medeiros da Silva<sup>1</sup>  
Esaú Daniel de Figueiredo<sup>2</sup>  
Raquel Callegario Zacchi<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho tem como objetivo analisar o programa habitacional “Morar Feliz”, implantado em Campos dos Goytacazes (RJ), verificando sua influência na (re) configuração da periferia urbana. Elencamos os conceitos de periferia e território para compreendermos as relações socioespaciais, problematizando a configuração de novas territorialidades e a reverberação do processo de segregação. Concluimos que a realidade perversa não foi modificada nos bairros que receberam os conjuntos populares. Ao contrário, nestes a carência em infraestrutura tem gerado conflitos entre os antigos e novos moradores. Além disso, cresceram os casos de criminalidade em virtude do deslocamento do tráfico de drogas para estas áreas.

**Palavras-chave:** Território, Periferia, Conjuntos Habitacionais, Campos dos Goytacazes (RJ)

**Abstract:** The study is designed to analyze the Housing Program *Morar Feliz*, in Campos dos Goytacazes and its relation in influence on reconfiguration urban periphery. We enumerated the concepts of periphery and the concepts of territory to understand the socio-spatial relations with problematizing the configuration of new territorialities and perpetuation of the segregation process. In neighborhoods that received the low-income housing, we concluded the perverse reality hasn't changed. In the true, the situation has worsened: the lack of infrastructure creates conflicts between old and new residents. Furthermore, cases of crime and violence increased, because displacement of drugs traffic to areas that were not controlled by these groups.

**Key-words:** Territory, Periphery, Low-income Housing, Campos dos Goytacazes (RJ)

<sup>1</sup> Estudante. Instituto Federal Fluminense (IFF). ralfemedeiros@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante. Instituto Federal Fluminense (IFF).

<sup>3</sup> Mestre. Instituto Federal Fluminense (IFF). raquelcallegario@yahoo.com.br



## 1- INTRODUÇÃO

Analizamos neste estudo a territorialização da exclusão socioespacial em áreas periféricas através da ocupação do solo por conjuntos habitacionais populares oriundos do programa de habitação popular municipal “Morar Feliz” na cidade de Campos dos Goytacazes (RJ).

Para fins de análise assumimos que a periferia é entendida de forma negativa e relativizada em relação ao centro. Como construção social, ela corresponde a uma representação social estigmatizada: é o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação sociais, da anomia, do déficit de cidadania, etc. (RITTER. C.; FIRKOWSKI, 2009). A ocupação da periferia tem sido cada vez mais fragmentada pelos diferentes grupos sociais e suas práticas sócio-territoriais.

Realizamos este estudo analisando o programa de habitação popular implantado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Este é um programa de habitação popular idealizado e concretizado pela ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro e atual prefeita da cidade de Campos Rosinha Garotinho. De acordo com dados oficiais da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, 4.496 casas foram construídas em quatorze conjuntos habitacionais localizados em dez bairros diferentes da cidade, sendo eles: Tapera, Eldorado, Parque Prazeres, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Parque Santa Rosa, Novo Jóquei, Penha, Esplanada e Travessão, todos localizados na periferia urbana de Campos<sup>4</sup>. Os dados do executivo municipal apontam que o projeto está voltado para atender e retirar as famílias residentes em áreas de risco delimitadas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil. Estas eram atendidas pelo Programa “Aluguel Social<sup>5</sup>” ou viviam em situação de vulnerabilidade social.

Conforme análise preliminar, verificamos que todos os conjuntos habitacionais foram implementados em áreas periféricas de Campos. Neste sentido problematiza-se verificar a (re) significação dos espaços periféricos, processos de territorialização dos grupos sociais

<sup>4</sup> Para fins deste estudo analisaremos o conjunto habitacional do bairro Novo Jóquei, por se tratar do maior dentre todos os conjuntos implantados até o momento.

<sup>5</sup> O Programa municipal “Aluguel Social”, de acordo com os dados oficiais, beneficia famílias removidas de áreas de risco ou que tiveram suas casas condenadas pela Defesa Civil Municipal, ou ainda as que, conforme a situação de vulnerabilidade e risco social, são encaminhadas por técnicos dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou pela Defensoria Pública ao setor de Habitação da Família e Assistência Social.



excluídos e a permanência e/ou (re) configuração das periferias.

## 2 - DESENVOLVIMENTO

Para discutirmos a ocupação do solo nas periferias pelos conjuntos habitacionais populares em Campos dos Goytacazes é necessário, antes, caracterizarmos teoricamente a periferia urbana, sua configuração e lógica de atuação dos agentes produtores do espaço configurando novas territorialidades urbanas.

Conceitualmente, periferia é um termo que carece de definição clara e consensual. Para Domingues (1994) a periferia urbana não está relacionada à distância em relação ao centro: trata-se de uma distância sociológica a um centro, sendo este definido pela diversidade e pela densidade das relações sociais, pela intensidade da vida cívica, pelo acesso à informação, pela aglomeração de recursos culturais, políticos, econômicos, etc. Esta distância é, assim, definida por um afastamento real e simbólico, independentemente do grau de degradação urbanística do lugar ou da sua posição geográfica no contexto da metrópole.

Ritter e Firkowski (2009) seguem com a mesma proposta, indicando que não se deve mais conceber a periferia(s) como um lugar longe, distante fisicamente de algum ponto central, uma vez que não mais o distanciamento “geométrico” é o determinante das relações socioespaciais nos espaços urbanos.

Podemos assumir que, conforme apontado por Domingues (1994) a marginalização geográfica da periferia é o suporte territorial de uma marginalização social equivalente. Além disso, o autor supracitado define, em matéria de periferias, que podemos distinguir dois modelos opostos: a periferia planejada, instrumento de regulação urbana do Estado e do planejamento racionalista e a periferia “espontânea”, a qual mais se aproxima da realidade deste estudo. Esta formação periférica possui:

Um perfil predominantemente residencial; ausência ou déficit de espaço público; crescimento por adições sucessivas, envolvendo tipologias construtivas diversas e usando uma malha viária pré-existente; espaço construído não consolidado, alternando índices de densificação elevados com vazios intersticiais; ausência de plano; sub-infraestruturação; déficit de serviços e de equipamentos públicos e privados, em quantidade e em qualidade; falta de legibilidade e de identidades urbanas; má qualidade ambiental. (DOMINGUES, 1994, p. 13)



Spósito (2004) assume que o conceito de periferia urbana no Brasil precisa ser revisto, tendo em vista que esses espaços vêm passando por profundas transformações no seu conteúdo socioespacial, tais como, os conjuntos habitacionais implantados pelo poder público para grupos de menor poder aquisitivo, loteamentos clandestinos produzidos pelas práticas de auto-construção, e condomínios fechados para grupos de maior renda e a implantação de *shopping's centers*. Assim considera que a “pluralização da paisagem e dos conteúdos da periferia urbana revela novas práticas socioespaciais, novas formas de diferenciação e segregação urbana e, por fim, aponta para uma fragmentação territorial e social da cidade”. (SPOSITO, 2004, p. 116)

Desta forma, denominamos periferias, no plural, porque tratam-se de espaços plurais e diversos: Ritter e Firkowski (2009) aponta que é necessário acabar com a singularização deste termo - não existe “*periferia*” e sim periferias (plural) pela heterogeneidade e velocidade dos seus fenômenos. Correa (1986) por sua vez aponta a existência de periferias e periferias e assume que melhor é falar em setores periféricos.

Autores como Chaveiro e Anjos (2007) definem que, para uma caracterização socioespacial das periferias urbanas devemos englobar atualmente novas modalidades como estudos da percepção, da representação, do cotidiano, do imaginário, da imagem, de narrativas. Essas modalidades partem de um pressuposto: o real é produzido também pelo modo de estabelecimento de significados. Ao fazer isso, sujeito e objeto se aglutinam, e no processo de significação o espaço se liga à vida.

Maricato (1996) destaca em seus estudos sobre a periferia que o simples reconhecimento institucional da mesma tem impactos diretos sobre o cotidiano vivido pelos habitantes da periferia, em que se vive numa quase total indigência jurídica. Ao enfatizar esse aspecto, discrimina as duas faces do quadro socioespacial metropolitano: cidade real x cidade legal; cidade do direito x cidade do fato; cidade formal x cidade clandestina; urbano real x urbano virtual. A autora compreende a segregação residencial também como uma segregação ambiental, em que os espaços disponíveis ao consumo possuem padrões de qualidade e quantidade discrepantes. (MARICATO, 1996, p.194)

Buscando problematizar a discussão, Ritter e Firkowski (2009) tratam da dinâmica dos espaços periféricos mostrando que ao se disponibilizar infraestrutura, promover regularização fundiária, enfim ao urbanizar áreas tidas como “periféricas”, por motivações diversas, principalmente econômicas e políticas, o Estado e os agentes privados fazem com



que elas deixam de ser periféricas, gerando o que o autor chama de “desperiferização”. Os agentes que habitavam estes espaços passam a ocupar novas áreas, geralmente pela ilegalidade, reproduzindo nesses as mesmas precariedades socioespaciais daqueles que antes ocupavam, configurando o que o autor conceitua como “reperiferização”.

Para compreendermos a configuração dos espaços periféricos nos apoiamos no conceito de território apresentado por Lopes (1995, p. 78) segundo o qual o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” que antes de tudo são relações sociais projetadas nos espaços concretos. Sendo assim, a ausência ou carência do poder público, estatal, dá margem para que um território, nesse caso a periferia, passe a sofrer influência de outros poderes, se tornando, sobretudo, o território do tráfico de drogas.

Verificamos com a pesquisa que após a implantação do Programa Morar Feliz a maioria dos bairros que receberam os conjuntos populares sofreram aumento nas taxas de criminalidade. O aumento dessas taxas está diretamente ligado aos seguintes fatores: 1) os moradores do “Morar Feliz”, (popularmente conhecidos como os “moradores das casinhas”) são originários de outras periferias onde já havia tráfico de drogas. Com as famílias dos traficantes sendo removidas para o “Morar Feliz” os mesmos foram “obrigados” a acompanhá-las, visto que suas casas foram demolidas pela prefeitura (Figura 1); 2) a falta de estrutura necessária nos conjuntos habitacionais para reprimir as ações do tráfico de drogas, como por exemplo, a presença de postos policiais nos conjuntos populares ou em suas imediações. Tais fatos resultaram no estabelecimento do tráfico de drogas nos bairros para onde foram deslocadas as famílias beneficiárias de habitações populares.



Figura 1: Demolição das antigas casas ocupadas em áreas de risco no bairro Parque Prazeres, Campos dos Goytacazes (RJ)



Constatou-se então que houve um processo de desterritorialização nos bairros de onde os moradores foram removidos e, conseqüentemente uma reterritorialização dos mesmos em bairros onde foram implantados os conjuntos habitacionais alterando assim a configuração espacial de ambos os bairros. A desterritorialização se configura tanto pela desocupação espacial dos então moradores como pela dissolução das relações e ligações sócio-espaciais ao demolir casas, comércios e antigos referenciais, como por exemplo, igrejas tradicionais dos bairros, lugares de sociabilidade e de convivência social.

O programa habitacional passou a ser mal visto e repudiado por grande parte dos moradores dos bairros em que o “Morar Feliz” foi implantado, sobretudo pelo aumento da criminalidade e do tráfico de drogas. Além disso, nos bairros que receberam os conjuntos populares percebe-se a carência de serviços de infraestrutura básica como, por exemplo, abastecimento de água e esgoto, asfaltamento, etc. “conquistas” essas já implementadas na área do conjunto habitacional, gerando conflitos em alguns bairros, posto que os serviços básicos eram reivindicados pelos moradores autóctones e até então não foram atendidos pela prefeitura.

Temos como exemplo o bairro Novo Jockey, que abriga o maior número de casas do programa e, portanto portador das maiores mazelas também. Nesse bairro temos de um lado da avenida principal as casas do conjunto habitacional popular com asfalto, água encanada e esgoto. Do outro lado da avenida principal temos as casas dos antigos moradores do bairro, desprovidos de todos os itens descritos acima. Tais fatos desencadearam em uma manifestação no bairro, no dia 12 de agosto de 2011, em protesto ao descaso da prefeitura com o restante do bairro. Quase dois anos se passaram desde a manifestação e ainda hoje percebe-se que nada foi feito para que esta realidade fosse modificada consolidando o descaso da prefeitura para com o bairro supracitado.



Figura: Distribuição do asfaltamento das ruas no bairro Novo Jóquey, Campos dos Goytacazes (2013).

### 3 – CONCLUSÃO

Concluimos que o programa habitacional “Morar Feliz” tem (re)estruturado e destruído territórios e territorialidades, criando e acentuando conflitos sociais, demonstrando sua influência nos bairros periféricos de Campos. Em uma perspectiva crítica, fica clara a pretensão da gestão municipal em priorizar o programa habitacional elegendo e privilegiando os investimentos nesse programa enquanto, na maioria dos bairros, os investimentos em infraestrutura básica têm sido praticamente nulos.

Verificamos ainda que a falta de preparo estrutural das periferias contribuiu para elevar as mazelas sociais como furtos, roubos e tráfico de drogas, etc., sobretudo após a densificação da ocupação destas áreas, nos bairros onde os conjuntos habitacionais foram implantados.

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA



CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. Dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. **Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. vol. 27, n. 2, jan./jul. 2007.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

CORREA, R. L. A periferia urbana. **Revista Geosul (UFSC)**. v. 1, n. 1. Florianópolis, 1986. p. 70-78.

DOMINGUES, A. **Sub(úrbios) e (sub)urbanos** - o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia. Série I. Vol. X/XI, Porto 1994/5*, pp. 5-18.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RITTER, C.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Novo conceitual para as periferias urbanas. *Revista Geografar. Resumos do VII Seminário interno de Pós-Graduação em Geografia*. Curitiba, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México, n. 54, 2004, p. 114-139.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.